



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo quarto dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este pediu aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Paulo Queiroz relatou ter estado presente no dia anterior, como pastor evangélico e como vereador de Belém, no evento em que o governador Hélder Barbalho assinou o decreto isentando o pagamento de ICMS sobre o consumo de energia elétrica dos templos e locais de culto das várias religiões em nosso estado. Contou que deste ato participaram todas as lideranças eclesiais do Pará – representantes das igrejas evangélicas, da Igreja Católica, dos espíritas e das religiões de matriz africana – sendo uma reunião muito bonita. Comunicou que, para obter o benefício, basta informar o CNPJ da igreja sede e o local onde ocorrem as ações. Revelou ter ficado feliz com os pronunciamentos do secretário estadual da Fazenda, senhor René Sousa, e do governador reconhecendo o importante trabalho desenvolvido pelas igrejas e instituições religiosas no sentido de mudar a atitude e o comportamento das pessoas, recuperando-as e renovando-as para a vida em sociedade. Deu testemunho da ação desenvolvida nos últimos anos pela Igreja do Evangelho Quadrangular, assim como pela Igreja Universal, dentro das cadeias, presídios e centros de recuperação no estado do Pará. Inteirou que a Igreja do Evangelho Quadrangular tem um movimento chamado *100% Liberdade* o qual tem recuperado e tratado de pessoas e cuidado de suas famílias. Participou que muitas dessas pessoas foram trabalhadas na alma, já se formaram pelo Instituto Teológico Quadrangular e hoje desenvolvem o Ministério Pastoral. Aludiu ao caso de um detento - interno do Presídio Estadual Metropolitano de Marituba, condenado a mais de anos de reclusão - que já é pastor, cuida de um rebanho grande naquela unidade prisional e está cursando direito, sendo uma referência como vida transformada. Indicou que, somente na Igreja Quadrangular da Pedreira, onde trabalha às terças-feiras e quintas-feiras, há dezessete ex-detentos que ali labutam, sendo que metade deles já são pastores. Externou que o estado consegue desenvolver um trabalho de prevenção, mas atua “da porta para fora”, enquanto as igrejas atuam “da porta para dentro” - nos lares - e desenvolvem esse trabalho há séculos, sem recursos do estado, sendo mantidas pelo dízimo e pelas ofertas dos fiéis e isto tem sido um instrumento de transformação do mundo. Reconheceu que este incentivo concedido pelo governo do estado ajudará muito as instituições religiosas a desempenharem seu papel na sociedade, parabenizando o governador Hélder Barbalho pela atitude. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Sargento Silvano e França. Fernando Carneiro disse ter ficado feliz ao ter visto o prefeito Zenaldo Coutinho no Ministério Público Estadual do Pará, ironizando que estava a ponto de perguntar se ele não estava no quadro *Desaparecidos*, do Jornal Liberal. Manifestou entender que, considerando a situação em que se encontra a cidade de Belém, deve ser muito difícil defender a gestão municipal sem apelar para gritaria e escândalo como fizera na sessão anterior o vice-presidente da CMB. Comentou que as ruas da cidade estão em um estado calamitoso, cheias de buracos, e as pessoas colecionam prejuízos devido à falta de manutenção da malha viária. Lamentou os alagamentos constantes, inúmeros, que transtornam a população e a não conclusão das obras do BRT, intermináveis, apesar de ter sido anunciado na tribuna deste Poder que este seria entregue para o aniversário de 300 anos de Belém, em 2016, pelo à época líder do governo nesta Casa, vereador Josias Higino. Desde então, continuou, passaram-se três anos, o BRT ainda não foi inaugurado e agora estamos pagando 160 mil reais para consertar os buracos já existentes na pista. Denunciou a situação de completo abandono das feiras da cidade, como o Complexo de Abastecimento do Jurunas, que está caindo na cabeça dos munícipes. Mencionou depois a crise do lixão de Marituba e a declaração da empresa responsável por este - divulgada nos jornais deste dia – de que aquele espaço ainda poderá receber mais lixo, desmentindo o que dissera desde o final do ano passado. Destacou que a Prefeitura de Belém foi ausente em todos os eventos realizados para tratar desta crise – nas audiências públicas feitas neste plenário, em Marituba e em Ananindeua, na reunião com Procuradoria Geral do Estado e na

reunião com o governador. Chamou a atenção para a situação dos servidores da Prefeitura de Belém, cujo piso salarial é inferior ao salário mínimo, o que é ilegal. Disse desconhecer outra capital brasileira em que isto ocorra. Referiu que isto acontece em uma capital que tem o quarto pior Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do país, informando que a média salarial do paraense é de 468 reais *per capita*, enquanto a média de Brasília é de 1600 reais. Além disso, prosseguiu, há o caos do transporte público. Citou então a recomendação do Ministério Público Estadual do Pará – MPPA de que a Prefeitura de Belém devolva ao Conselho Municipal de Transporte o estudo do reajuste do preço da passagem dos ônibus, pois há quinze irregularidades identificadas pelo MPPA no processo de reajuste desta tarifa. Disse ter encontrado o prefeito Zenaldo Coutinho no dia anterior na audiência pública realizada pelo Ministério Público Federal para tratar da reforma do Complexo do Ver-o-Peso. Notificou que, nesta audiência, o prefeito, a Prefeitura Municipal de Belém, a Secretaria Municipal de Urbanismo - SEURB e a Secretaria Municipal de Economia – SECON reconheceram que precisavam alterar o projeto de reforma daquele espaço público apresentado em 2016. Julgou ser isto positivo, afirmando ser política apresentar uma proposta de reforma sem que esta tivesse passado pelos trâmites legais necessários. Avaliou que a PMB perdeu assim dois anos por não ter seguido os passos legais e culpava-se então o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN por embargar a obra. Ressaltou, porém, que há um decreto lei de 1937 (Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937) estabelecendo os passos que devem ser seguidos por qualquer governo para realizar intervenções em áreas ou prédios tombados como patrimônio histórico. Pontuou que não foi seguido o trâmite legal e, assim, houve o embargo, mas a PMB não reconheceu seu erro. Lembrou que o projeto de reforma foi apresentado no aniversário da cidade, reiterando ser isto um ato de política. Informou que na audiência a grita geral era de que o Ver-o-Peso estava abandonado, intransitável, citando o depoimento de uma das feirantes de que o Ver-o-Peso era uma criança nua, desnutrida, maltratada. Questionou então quem seria o responsável pelo abandono daquele espaço. Lembrou que o Ver-o-Peso reformado foi entregue pela gestão de Edmilson Rodrigues e após isso, durante os dois mandatos de Duciomar Costa e nestes dois mandatos de Zenaldo Coutinho, nenhum prego foi colocado ali, em quinze anos nada foi feito para sua manutenção – a PMB abandonou o complexo. Disse esperar, sinceramente, que o Ver-o-Peso seja agora reformado, frisando ser ele um patrimônio da humanidade e que a obra ali deve ser feita com cuidado – não pode ser uma obra eleitoreira. Para isso, pontificou, deve também ser ouvida a comunidade que utiliza e trabalha no espaço. A este respeito, criticou a apresentação rápida do novo projeto na audiência, feita apenas em três ou quatro telas do *PowerPoint*. Sugeriu então a realização de uma sessão especial nesta Casa para que a SECON e a SEURB apresentem o projeto para os parlamentares deste Poder, uma vez que ele foi modificado obedecendo às recomendações do IPHAN. Agradeceu ao IPHAN por esta intervenção, pois o projeto original previa uma cobertura que transformaria e feira em um atacadão, descaracterizando o espaço. Reiterou, porém, que a PMB recuou, mas não admite ter recuado, não reconhece que o projeto anterior estava errado, mantendo uma postura arrogante. Retomando o tema do aumento do preço da passagem de ônibus, afirmou que a PMB terá que recuar mais uma vez, seguir a recomendação do MPPA e devolver o estudo relativo a este ao Conselho Municipal de Transporte, pois, não o fazendo, há o risco de ser ajuizada uma ação por improbidade administrativa. Finalizou dizendo fazer críticas substanciadas à PMB, não se tratando de política, mas do exercício do papel fiscalizador do legislativo municipal. Enfermeira Nazaré Lima externou não ser fácil receber críticas, sendo um exercício saber criticar e ser criticado, o que se aprende com o tempo. Anuiu que há coisas que têm muito mérito, mas é difícil ser perfeito. Referiu-se então ao cursinho pré-vestibular e pré-Enem da Prefeitura de Belém, que já recebeu muitos elogios. Reportou então uma queixa feita por uma senhora que tentou matricular seu filho adolescente e seguiu as orientações do *site* do curso na *internet*. Chegou às sete da manhã com o jovem, recebeu uma senha e a informação de que a inscrição seria feita apenas à tarde. Ficaram então aguardando atendimento, mas só foram atendidos às 19 horas pelo coordenador do cursinho. Este, segundo fora informado, começou a criar dificuldades para matriculá-lo, dizendo que, para garantir a vaga, seria necessário que o aluno fosse candidato aos cursos de medicina, direito e engenharia. Ouvindo do adolescente que este pretendia cursar arquitetura e urbanismo, pediu que escolhessem outro período, pois a matrícula pretendida no período da manhã era reservada para os candidatos aos cursos de medicina, direito e engenharia. Entretanto, tendo que trabalhar como menor aprendiz, o jovem teria então que estudar pela manhã. Expressou que a crítica se faz à forma de atendimento, à forma de acolhimento e à dificuldade de escolha de horário. Reconheceu ser louvável e necessário o cursinho pré-vestibular da Prefeitura de Belém, mas a referida mãe disse ter se sentido humilhada na situação. Expressou então que o profissional que a atendeu deveria dar o exemplo e ter a postura de um educador - deve melhorar a forma de atender as pessoas. Toré Lima informou seus pares sobre a reunião que seria realizada no dia seguinte, às dez da manhã, com a comissão parlamentar desta Casa, o INMETRO e o Sindicato dos Urbanitários sobre a atuação da Rede Celpa. Aitou que todos os vereadores já receberam um ofício para dela participar. Frisou a importância de juntar os conhecimentos obtidos quanto aos abusos praticados pela Rede Celpa contra os consumidores paraenses. Inteirou também

sobre reunião feita com o deputado estadual Fábio Freitas, presidente da comissão parlamentar formada na Assembleia Legislativa do Pará - ALEPA para tratar do tema, dizendo que se tenta ali criar uma CPI, mas ainda não foram obtidas as assinaturas necessárias. Ressaltou que o movimento contra a Rede Celpa na ALEPA está forte, mas a empresa está agindo, influenciando os parlamentares, de modo que muitos se recusam a assiná-la. Disse que neste parlamento não houve ainda a iniciativa de montar uma comissão deste tipo, mas há empenho para que a tarifa de energia elétrica não aumente, informando estar prevista pela ANEEL uma majoração de 30 a 40 por cento em junho ou agosto próximos. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco MDB – PHS, Joaquim Campos referiu-se também ao possível aumento nas tarifas de energia elétrica. Perguntou-se se os responsáveis por tais decisões estão enlouquecendo, pois o povo não tem aumento salarial que acompanhe tais majorações. Sugeriu aos demais parlamentares uma mobilização em prol do congelamento das tarifas de energia em nosso estado. Manifestou ser contrário até a cobrança de IPTU, pois o contribuinte paga e não vê o resultado, com as ruas esburacadas e cheias de lixo. As autoridades competentes põem a culpa das mazelas da cidade no excesso de chuva, ironizou, mas aqui sempre choveu muito. Observou que, se vivêssemos em um país decente, ao cair em um buraco e quebrar o amortecedor do carro, entraria na justiça para obter indenização. Entretanto, continuou, com as ruas esburacadas os ônibus estão quebrando, aumentando o custo para as empresas, então vai aumentar o valor da passagem. Repercutiu também a recomendação do MPPA de que a PMB devolva o estudo sobre o aumento da passagem ao Conselho Municipal de Transporte de Belém. Pediu socorro ao MPPA para impedir também o aumento no preço das tarifas de energia elétrica no Pará. Lembrando que o dia anterior, 21 de abril, foi o feriado de Tiradentes, comentou que este herói nacional foi morto por não concordar com as altas taxas cobradas pela Coroa Portuguesa aos colonos no Brasil. Imaginou o que aconteceria se Tiradentes vivesse hoje e presenciasse os altos impostos pagos pela população brasileira. Pela liderança do bloco PDT – PSB, Igor Andrade referiu-se ao sucateamento promovido pelo governo de Simão Jatene à Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA. Recordou ter subido à tribuna em sessão ordinária precedente e contado que, por diversas vezes, fora recebido pelos ex-presidentes da COSANPA no governo anterior e pedira melhorias e investimento em vários bairros de Belém, mas a resposta era sempre a mesma: não havia recursos para atender esses pedidos. Lembrou que naquela sessão também mencionara a forma enérgica como o governador Hélder Barbalho está enfrentando o problema da água em nossa capital. Disse depois ter ficado surpreso com a informação, divulgada nos jornais deste dia, de que Simão Jatene deixara um rombo de mais de 240 milhões de reais na COSANPA. Ajuizou que talvez isto explique a dificuldade que os ex-gestores da companhia tiveram em fazer investimentos e melhorias no fornecimento de água de qualidade em Belém. Reportou que esta situação se arrasta há mais de quinze anos e, durante este período, a COSANPA amargou prejuízos. Informou que um dos motivos alegados pela direção da companhia para estes prejuízos é a alta inadimplência dos clientes. Ponderou, entretanto, que a população não pode pagar a fatura de água se esta não é fornecida. Indicou haver em muitos bairros de Belém relatos de faturas com alto valor sem que haja água nas torneiras, sendo esta uma prática que denuncia há muito tempo na tribuna desta Casa. Externou ser muito triste receber inúmeras lideranças e moradores de várias localidades da cidade reclamando desta mesma situação. Expôs que o sistema de captação de água do Lago Bolonha deveria ter dezesseis filtros, mas o governo atual o recebeu com apenas oito funcionando e sem nenhum filtro de reserva. Esclareceu que a atual gestão estadual está fazendo um investimento de 155 milhões de reais para trocar a tubulação em trinta bairros de Belém - uma tubulação nova, eficiente e subsetorial, isto é, dividida em setores, de modo que a quebra de uma adutora em um ponto não provocará falta de água em vários bairros da cidade. Aditou que foram destinados 10 milhões de reais somente para a compra de materiais emergenciais para o funcionamento da COSANPA, como a substituição de equipamentos. Expressou que, com água de qualidade nas torneiras, a população pagará a fatura do fornecimento, opinando que atualmente não há como pagar por um serviço não prestado, herança maldita do governo anterior. Findo este pronunciamento, o vereador Sargento Silvano solicitou a realização de um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Lucas Silva, jovem assassinado no último domingo, cujo corpo fora encontrado no dia anterior no bairro da Sacramenta. O presidente respondeu que o pedido seria atendido no momento oportuno. Pela liderança do bloco PMN – Solidariedade – Patriota – PR, Fabrício Gama disse ter ficado perplexo com as palavras proferidas anteriormente pelo vereador Fernando Carneiro quanto à reforma do Ver-o-Peso. Assegurou que o deputado federal Edmilson Rodrigues e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN tentaram de todas as maneiras inviabilizar esta reforma. Julgou desrespeitoso o pronunciamento, feito na audiência pública sobre o tema, do senhor Cyro Holando de Almeida Lins, superintendente do IPHAN – PA, pois este teve a audácia de dizer que o IPHAN fora o autor do atual projeto de reforma do Ver-o-Peso, pois o anterior, de autoria da PMB, estava totalmente errado. Avaliou ter sido este um imenso desrespeito aos funcionários da Prefeitura, em sua maioria técnicos concursados, que elaboraram o projeto original. Noticiou que, durante aquela audiência, o vereador Fernando Carneiro elogiou as modificações feitas pela

PMB no projeto. Opinou que, neste plenário, Fernando Carneiro manifestou-se de forma totalmente contrária para impressionar sua plateia. Fabrício Gama assegurou que o prefeito Zenaldo Coutinho sempre fora totalmente democrático no que concerne às mudanças a serem realizadas com a reforma do Ver-o-Peso, tendo chamado todas as entidades que ali atuam para discutir. Entretanto, continuou, Fernando Carneiro vem à tribuna e diz que todos os envolvidos foram contrários ao projeto e que não houvera consulta e informação à população sobre a natureza deste. Acusou-o então de fazer politicagem, apesar de falar contra a politicagem. Acrescentou que o IPHAN pediu que fossem feitos alguns ajustes e estes foram feitos pela PMB, pois ninguém é dono da verdade e o prefeito jamais se posicionou de tal modo. Pelo contrário, Zenaldo Coutinho teve uma postura humilde, compareceu à audiência, ouviu os feirantes, discutiu com eles. Porém, pontuou, Fernando Carneiro vem a este plenário dizer que houve empáfia da Prefeitura. Acrescentou que o prefeito acatou dez pedidos dos feirantes, dos treze que lhe foram feitos, sendo que os demais não foram atendidos por ser necessário para isto parecer do Ministério Público Estadual do Pará. Em aparte, manifestou-se o vereador Igor Andrade. Pela liderança do Governo, Gleisson Oliveira admirou-se de como a politicagem faz parte da vida e da história de alguns partidos em nossa cidade. Disse ter ficado impressionado com a forma como Fernando Carneiro desenha Belém quando sobe à tribuna. Avaliou que Zenaldo Coutinho foi reeleito e isto demonstra que o povo aprovou sua gestão, o mesmo não tendo ocorrido com Edmilson Rodrigues, derrotado ao tentar ser novamente prefeito de nossa cidade, após o sê-lo por dois mandatos. Asseverou ter sido politicagem o embargo anterior da reforma do Ver-o-Peso pelo IPHAN, pois este instituto tinha à frente pessoas vinculadas ao PSOL. Convidou então o vereador Fernando Carneiro a, na sexta-feira seguinte, visitar a obra de reforma do HPSM do Guamá, onde estará também na ocasião o prefeito Zenaldo Coutinho. Aludindo depois à reforma do Ver-o-Peso, disse que, anteriormente, todas as vezes que a PMB tentou levar adiante o projeto, objeções eram colocadas pelo IPHAN e este era devolvido. Em aparte, pronunciaram-se os vereadores Simone Kahwage e Sargento Silvano. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro disse entender o desespero de quem precisa defender um prefeito ausente da cidade, um prefeito que tem 73% de reprovação quanto à sua gestão, segundo as últimas pesquisas divulgadas. Assim sendo, sete em cada dez moradores de Belém rejeitam a administração de Zenaldo Coutinho. Avaliou que aí fica realmente difícil para seus apoiadores e estes precisam gritar, precisam inventar argumentos, precisam fugir ao tema, sendo este o exercício diário que seus defensores têm que fazer. Acrescentou que quem diz que o prefeito está sumido é a população de Belém bastando, para constatar isso, ler os jornais deste dia mostrando os buracos em nossa cidade e o que a PMB está fazendo e como se manifesta em relação a isso. Referiu que a Prefeitura esteve ausente em todas as audiências realizadas para debater a crise do lixo, inclusive naquelas ocorridas neste plenário - o prefeito não veio e nem mandou representantes. Frisou que isto é ausência e recordou ter dito, na audiência pública realizada sobre o tema Ver-o-Peso, que era muito bom a Prefeitura de Belém ter reconhecido que o projeto de reforma deste complexo divulgado em 2016 estava errado. Contou que disse na presença do prefeito ter sido muito bom a SEURB reconhecer o erro e que o IPHAN deveria ser parabenizado pela gestão municipal. Ressaltou que isso está gravado e o que diz em plenário também o diz fora desta Casa, pois não tem medo. Assim, enquanto alguns receiam que o resultado de certas votações nesta Casa seja publicado, tem a consciência tranquila, sublinhando não ser incoerente. Expôs depois que a nota técnica do IPHAN relativa ao projeto de reforma do Ver-o-Peso traz vinte e três recomendações e treze observações – sugestões técnicas que foram em parte aceitas pela Prefeitura de Belém. Esclareceu ter afirmado que o prefeito manteve a soberba porque, em seu pronunciamento final - enquanto todos reconheceram a necessidade das mudanças – Zenaldo disse que o projeto anterior era perfeito e as modificações foram feitas para não criar problemas. Comentou depois que, quando se critica Zenaldo Coutinho, alguns parlamentares logo atacam Edmilson Rodrigues, que não é prefeito desde 2004. Reiterou que Edmilson fez a reforma do Ver-o-Peso – e isto é fato - e de lá para cá, desde 2004, nenhum parafuso sequer foi ali colocado pela PMB. Evidenciou que para fazer a manutenção, limpeza, disponibilizar água, fazer o controle de pragas como baratas e ratos, impedir alagamentos e estabelecer um sistema de ventilação não é necessária a aprovação do IPHAN, não há trâmite burocrático a ser cumprido. Apontou que isto não é feito por falta de vontade política ou por incapacidade da gestão municipal e a palavra que resume tudo é abandono – abandono do Ver-o-Peso. Questionou então, retoricamente, quem está à frente da PMB desde 2013 e que ali não colocou sequer um parafuso. Disse então ser fácil culpar o IPHAN, mas quem quer faz com competência, como o fez Edmilson Rodrigues, que obedeceu a todos os trâmites legais, fazendo concurso e fazendo licitação. Argumentou então que, se a reforma não foi feita, não se deve culpar por isso o IPHAN, porque este está cumprindo a lei. Falando agora pela liderança da Oposição, Fernando Carneiro deu mais um exemplo de como a Prefeitura de Belém não cumpre os ritos processuais. Citando a recomendação do MPPA à PMB, informou que apenas seis membros do Conselho Municipal de Transporte de Belém – CMTB votaram a favor do aumento da tarifa de ônibus. Sendo este conselho formado por dezoito membros, apenas oito votantes estavam presentes, não havendo, portanto, quórum. Explicou que tal votação é inválida,

sendo esta uma das quinze irregularidades assinaladas pelo MPPA ao recomendar à PMB que devolva o estudo relativo ao aumento da passagem ao CMTB. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente da sessão, Mauro Freitas, solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi então posta em votação e aprovada por unanimidade a ata referente à 26ª sessão ordinária do 1º Período da 3ª Sessão Legislativa desta legislatura. Em seguida, atendendo à solicitação do vereador Sargento Silvano, foi feito um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao jovem Lucas Silva. Findo este ato, retomou-se a votação do requerimento do vereador Mauro Freitas solicitando a convocação de plebiscito para ouvir a população quanto ao congelamento da tarifa de energia elétrica no município de Belém. Posto em votação nominal, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte votos favoráveis. Justificaram seus votos os vereadores Sargento Silvano, Pablo Farah, Joaquim Campos, Nehemias Valentim, Toré Lima, Mauro Freitas (assumindo a presidência da Mesa o vereador Fabrício Gama), Amaury da APPD, Fernando Carneiro e Marciel Manão. Foi feita depois a leitura e votação do requerimento do vereador Altair Brandão solicitando dois dias de licença parlamentar, no período de 23 a 24 de abril corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se posteriormente a leitura e votação do requerimento do vereador Marciel Manão solicitando quatro dias de licença particular, no período de 01 a 04 de maio de 2019, sendo este aprovado por unanimidade. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação de presença. Não havendo quórum, o presidente Fabrício Gama encerrou a sessão às dez horas e cinquenta minutos, convidando os demais parlamentares a participar da sessão especial que seria realizada no dia seguinte, às quinze horas, neste plenário, para homenagear os vinte anos da Marcha para Jesus, feita por iniciativa do vereador Lulu das Comunidades. Estavam licenciados os vereadores Altair Brandão, Zeca Pirão e Blenda Quaresma. Justificaram suas ausências os vereadores Dinelly, Dr. Elenilson e Rildo Pessoa. Estiveram presentes os vereadores: Mauro Freitas e Professor Elias, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Fabrício Gama e Marciel Manão, pelo bloco PMN – Solidariedade – Patriota - PR; Lulu das Comunidades, Professora Nilda Paula e Sargento Silvano, pelo bloco PSD - PTC; Neném Albuquerque, Paulo Queiroz, Moa Moraes e Nehemias Valentim, pelo bloco PSDB – PSL; Amaury da APPD, pelo bloco PC do B, PT; Joaquim Campos e Pablo Farah, pelo bloco MDB – PHS; Gleisson Oliveira e Igor Andrade, pelo bloco PDT – PSB; Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Simone Kahwage, França e Toré Lima, pelo PRB. Eu, segundo secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 24 de abril de 2019.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário